

Ponencia elaborada para as Segundas Jornadas Uruguayas de Historia Económica

SIMPÓSIO: Historias subregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay: ocupación territorial, inmigraciones y desarrollo socioeconómico

Coordenadores: Ronaldo Herrlein Jr., Maria Inés Moraes e Dinizar Fermiano Becker

**O VALE DO TAQUARI (RIO GRANDE DO SUL)
DURANTE O PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO — 1500-1822***

Ronaldo Herrlein Jr. (UNIVATES/FEE-RS)
Vera Regina F. Carvalho (UNIVATES)

Resumo

Esse artigo descreve e sistematiza eventos e processos históricos que, ocorridos durante o período colonial brasileiro, contribuíram para a formação da atual região do Vale do Taquari. Esse longo período foi marcado por duas fases. Na primeira, o território do Rio Grande do Sul esteve fora do domínio lusitano e jesuítas espanhóis e bandeirantes disputaram o controle sobre o território e seus habitantes, os povos indígenas. A segunda fase, a partir do início do século XVIII, assinalou a ocupação portuguesa do território sul-rio-grandense. A configuração da região do Vale do Taquari acabou por ser determinada pelos processos transcorridos em todo o período: extermínio dos povos indígenas, a ocupação das terras por colonizadores luso-brasileiros e açorianos, a organização do Estado e da Igreja e a constituição das primeiras vilas e municípios que originaram a região.

Introdução

O presente artigo procura reconstituir alguns episódios e processos históricos ocorridos no território da atual região do Vale do Taquari¹ durante o período colonial brasileiro. Isto será feito de modo integrado à história do Rio Grande do Sul e do Brasil, favorecendo uma interpretação de conjunto que permita compreender o significado dos eventos especificamente regionais. Convém esclarecer desde logo o caráter limitado da pesquisa que fundamentou esse trabalho, que não se pretendeu exaustiva, baseando-se em fontes secundárias e trabalhos de historiadores locais. Buscamos aqui tão somente sistematizar episódios históricos já conhecidos e propor uma interpretação desde um ponto de vista sócio-econômico.

O período em consideração antecede a chegada ao território da região dos contingentes populacionais (imigrantes alemães, italianos e seus descendentes) cujo peso foi preponderante

* Este artigo baseia-se nos resultados preliminares da pesquisa "Períodos do desenvolvimento econômico na história social do Vale do Taquari", realizada por um grupo de professores da UNIVATES sob coordenação de R.H.Jr. Os autores agradecem as contribuições recebidas dos colegas Lucildo Ahlert, Dinizar F. Becker e Sirlei T. Gedoz, bem como da acadêmica Cintia Agostini.

¹ O vale do rio Taquari e territórios adjacentes constituem a chamada região do Vale do Taquari, localizada no quadrante nordeste do território do estado do Rio Grande do Sul e composta por 36 municípios, a saber (em ordem cronológica de fundação), Taquari, Estrela, Lajeado, Encantado, Arroio do Meio, Roca Sales, Bom Retiro do Sul, Muçum, Arvorezinha, Cruzeiro do Sul, Anta Gorda, Ilópolis, Putinga, Nova Brésia Fontoura Xavier, Teutônia, Progresso, Paverama, Pouso Novo, Imigrante, Relvado, São José do Herval, Dois Lajeados, Colinas, Capitão, Itapuça, Mato Leitão, Santa Clara do Sul, Sério, Traveseiro, Fazenda Vila Nova, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Tabá e Marques de Souza. No ano 2000, serão instalados quatro novos municípios, designados Westfália, Coqueiro Baixo, Canudos do Vale e Forquetinha.

na configuração sócio-econômica e étnica atual do Vale do Taquari. Sem embargo, os processos históricos ocorridos no período colonial, aqui descritos e analisados, revestem-se de importância para a formação da região. Entre os anos 1610-40 esteve localizada em seu território a sede dos interesses luso-brasileiros na caça ao indígena para escravização e, posteriormente, a partir de 1740, o território recebeu seus primeiros ocupantes lusos e brasileiros, em particular os colonos açorianos, cuja influência sócio-econômica e étnica condicionou o período seguinte e, em certa medida, perdurou até os dias atuais.

1. A presença indígena no vale do rio *Tebicuary*

Quando os colonizadores ibéricos começaram a chegar ao “Novo Mundo”, povos indígenas habitavam o vale do rio Taquari, da mesma forma que todo o território que viria a ser o Rio Grande do Sul. Os índios que estavam na região eram principalmente do tronco tupi-guarani, que também predominavam em todo o território em que atualmente está o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e parte da Argentina. Darcy Ribeiro (1995) estima que então esse território deveria ser habitado por cerca de 5.000.000 de índios, que viviam em grupos tribais. No território do Rio Grande do Sul estima-se que antes da chegada do homem branco havia cerca de 100 mil índios (Ribeiro, 1995; Costa, 1998).² No vale do rio Taquari e adjacências pode-se presumir que havia no máximo 10 mil índios antes do contato com a civilização ibérica.

Apesar do extermínio a que foram submetidos os povos indígenas, sua presença acabou deixando marcas na região, ainda que em grau muito inferior ao observado na maioria das regiões brasileiras e mesmo na metade sul do território sul-rio-grandense. Tal influência se manifesta em hábitos da cultura produtiva assimilados pelas populações pobres ribeirinhas, de origem açoriana, como também na toponímia da região, que, tal qual ocorre no estado e no País, é muitas vezes originária de vocábulos do idioma guarani. Assim é com o rio que identifica a região. Segundo a maior parte dos estudiosos, o vocábulo *tebicuary* significa “rio do barranco profundo”.³

A chegada dos guarani ao território sul-rio-grandense coincide com o início da era cristã, há dois mil anos atrás (Costa, 1998:19). Eles configuram uma nova *tradição indígena* no território, que já era habitado por índios da tradição Taquara, na zona do planalto serrano, e da tradição Vieira na zona pampeana. Durante 1.500 anos, até a chegada do homem branco, essas três diferentes tradições de índios ceramistas originaram diversos subgrupos, com grande predominância do tronco tupi-guarani. Esses últimos deram origem aos índios do litoral, chamados carijó, encontrados também mais ao norte, desde São Paulo. Essas tribos de carijó povoaram o litoral costeiro e também as zonas dos rios dos Sinos, Caí e Taquari-Antas (onde eram conhecidos como *ibiaçanguara*).

O território do Rio Grande do Sul compreendia três “províncias indígenas”, denominadas Ibia, Tape e Uruguai, cujos limites se alargavam para além do território do estado, abrangendo Santa Catarina e o Uruguai.⁴ A atual região do Vale do Taquari tem

² Jorge Couto, em livro recente, apresenta uma estimativa de 95 mil indígenas no território do Rio Grande do Sul em 1500. Ribeiro (1995) estima-os entre 100 e 150 mil.

³ No Paraguai, no Uruguai e também no Mato Grosso do Sul (Brasil) existem rios com o mesmo nome, atestando a herança comum da antiga presença tupi-guarani.

⁴ A identificação dessas províncias é referida em relatos de jesuítas, paulistas e portugueses, ao longo dos anos 1500 e 1600, mas possivelmente tenha partido da percepção dos próprios índios sobre as condições geomorfológicas e climáticas. O território da província de Ibia se estendia da encosta da serra ao norte, abrangendo o planalto e parte de Santa Catarina. Os índios que aí habitavam foram genericamente denominados de *Ibiaiara* (*Ibiraia*) ou *Coroados*, pertencentes ao tronco jê, cuja provável origem é a tradição Taquara. A

características geomorfológicas diversas, em parte equivalentes às da província do Tape, em parte correspondentes às da província de Ibia, o que nos leva a concluir que nessa região haviam zonas pertencentes às duas províncias.⁵ Explica-se assim a coexistência na região de índios de distintas origens, com diferentes culturas adaptadas aos diferentes habitats (alto da serra e vales de rios, na planície).

No Vale do Taquari, os índios que se situavam mais ao norte, da encosta da serra em direção ao planalto, eram provavelmente oriundos do tronco jê. Constituíam tribos menos numerosas e ainda mais dispersas que os tupi-guarani, pois geralmente não praticavam a agricultura, vivendo apenas da coleta e da caça. Esse é o caso dos índios ibianguara. Já na parte baixa da região, havia diversas tribos de índios de origem tupi-guarani, como os ibiaçanguara (carijó).

A importância do tronco tupi-guarani na formação étnica do povo brasileiro em geral é superior àquela alcançada pelos mesmos povos indígenas no Uruguai, na Argentina e também no extremo norte e no nordeste do Rio Grande do Sul, incluindo-se a região do Vale do Taquari. Esses territórios têm em comum o fato de terem sido densamente povoados ao longo do século passado, por imigrantes europeus e seus descendentes, cuja introdução incidiu sobre um contingente relativamente pequeno de remanescentes indígenas e mestiços. Nas demais regiões brasileiras, inclusive no sul e oeste do território sul-rio-grandense, embora em graus diversos, esses remanescentes eram relativamente mais numerosos diante do contingente de europeus chegados a partir da Independência. Portanto, a região do Vale do Taquari e as demais zonas do território estadual que foram colonizadas com base na pequena propriedade rural no século XIX, por imigrantes de origem européia e seus descendentes, diferenciam-se das demais zonas do Rio Grande do Sul. Além disso, na parte norte da região do Vale do Taquari, a descendência dos índios do tronco jê ainda está presente através dos grupos de kaingang.

2. Aventureiros e comerciantes traficam com os índios: a colônia Brasil chega ao Vale do Taquari

Segundo o historiador Jorge Kafruni, na região do Vale do Taquari, atuava um afamado mercador indígena, chamado Parapoti (apud Ferri, 1991:25). Esse índio tinha influência sobre toda a região de Ibia, sendo aliado incondicional dos bandeirantes paulistas, dos quais era

província do Tape localizava-se na zona central do território sul-rio-grandense, sendo habitada pelos índios tape (em guarani: "o povo mais numeroso") e pelos arachane, junto à Lagoa dos Patos. A província do Uruguai compreendia a margem oeste do território sul-rio-grandense mais o território da Banda Oriental. O traço distintivo dessa província era a presença dos chamados índios pampeanos, designação genérica que inclui os charrua, os minuano e os guenoa, cuja provável origem é a tradição Vieira.

⁵ Segundo Ferri (1991), a província indígena de Ibia compreendia toda a região da bacia do rio Taquari-Antas, com seus afluentes. Já Schierholdt (1992) indica que o vale do Taquari estava entre as províncias do Tape e de Ibia. Tudo depende de quais os limites dessas duas províncias, o que é historicamente impreciso, mas pode ser conjecturado a partir das características fisiográficas da região. Observando o relevo do Rio Grande do Sul, é notável a mudança na geografia da atual região do Vale do Taquari, quando comparamos o baixo rio Taquari com o alto Taquari acima, onde a serra se ergue e estreita-se o leito do rio, correndo entre zonas originalmente de mata cerrada. Essa parte da região compõe, junto com os territórios ao leste, a chamada Encosta Superior da Serra. Ao sul de Arroio do Meio, sobretudo quando encontramos o baixo rio Taquari, a topografia é plana e totalmente distinta. Ibia, em idioma guarani, significa "terra erguida, barranca, ladeira, terra a pique, características especiais de terras altas, montanhosas, próprias da vasta região da Província" (Caetano, apud Ferri, 1991:18). É provável que as partes baixas dos rios Taquari, Caí e Sinos compusessem a província do Tape, por sua semelhança com os demais territórios dessa província, que abarca toda a bacia do rio Jacuí.

“preposto maioral”. O seu acampamento situava-se quatro léguas (24 km) abaixo da “foz” do rio das Antas, em território do atual município de Colinas (antigo distrito estrelense de Corvo). Ali, Parapoti manteve um cativo de índios que obtinha através do comércio de escambo junto as tribos da região. Os índios capturados eram trocados por manufaturas (tecidos, instrumentos, espelhos, peças de vestuário) e esse comércio fomentava a cobiça dentro das tribos, as rivalidades inter-tribais e as capturas de escravos, provavelmente desde os anos 1620. O cativo era formado por uma forte paliçada erguida numa ilha fluvial do rio Taquari, onde o índio Parapoti concentrava os escravos. Periodicamente, os índios apresados eram levados pelos “pombeiros” para o planalto de Piratininga.⁶ Ainda segundo Kafruni, Parapoti disputava com o índio Ibiraperobi a primazia do tráfico de escravos na região da província de Ibia.

Para compreender o significado da presença de traficantes e aventureiros no território do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul, é preciso considerar que nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa ela esteve limitada ao sul até a vila de São Paulo. A tardia ocupação do território mais ao sul, que nominalmente cabia à Espanha, deve ser atribuída à ausência de interesse econômico do Reino de Portugal e à dificuldade de acesso. Como se sabe, os portugueses formaram povoamentos somente junto ao litoral, com a exceção do de Piratininga (São Paulo). O então chamado “Continente de São Pedro” é quase inabordável pela costa, onde é impraticável acolher embarcações.⁷ Esse território permaneceu virgem da ocupação portuguesa, em caráter permanente, até os anos 1700, quando fundaram-se os primeiros povoados luso-brasileiros, garantindo-se então a posse de um território cuja penetração e conhecimento originais não foram feitas por mar, à maneira lusitana, mas sim por terra, ao modo dos bandeirantes.

Sabe-se que desde 1614 vinham os paulistas penetrando o Continente de São Pedro pela barra do Rio Grande, onde trocavam de embarcações para adentrar o canal, ganhando a Lagoa dos Patos e daí os rios que adentravam o território (Ferreira Fº, 1960). Portugueses, “pombeiros” e bandeirantes penetravam o território praticando escambo com os índios, procurando tesouros, explorando e conhecendo sua geografia. Os jesuítas espanhóis, que chegariam a partir de 1626, encontraram sinais da presença dos luso-brasileiros: chapéus e machados, presenteados provavelmente pelos paulistas. Chegando ao território do Rio Grande do Sul também pela via terrestre, através do planalto, os paulistas estabeleceram uma rede de contatos, amigando-se com índios, a quem forneciam roupas, instrumentos e bugigangas em troca de índios tomados de outras tribos como escravos.⁸ Schierholdt (1992) atribui a primazia do contato dos luso-brasileiros com os índios ibiaiares por terem eles chegado pelo norte, oferecendo-lhes ajuda. Cita também um testemunho de um padre em Laguna, em 1635, acerca de 62 embarcações que rumavam para o Rio Grande para trazer 12 mil índios carijó.

Antes mesmo da chegada das bandeiras de caça aos índios reduzidos pelos jesuítas espanhóis, a preia ao índio e o tráfico de escravos eram atividades já praticadas por algumas tribos, aliciadas pelos portugueses e paulistas, que valiam-se das rivalidades inter-tribais para obter escravos. Os paulistas constituíam a “guarda avançada da civilização lusitana” no centro-sul do território da colônia Brasil. O núcleo de povoamento luso-brasileiro que havia se

⁶ Os comerciantes que negociavam com os índios e traficavam escravos eram conhecidos como “pombeiros”.

⁷ Para estabelecer o único porto marítimo moderno, da barra do Rio Grande, foi necessária a ação do homem em larga escala.

⁸ Quando chegam as bandeiras, a partir de 1636, em busca dos índios reduzidos, os paulistas sabiam muito bem onde estavam pisando: “a região era bem conhecida pelos vaqueanos da bandeira” (Porto apud Ferri, 1991:28-9). Segundo o relato do padre Ximenes, de 1635, os paulistas conduziam os índios acorrentados por terra, subindo a serra e levando apenas cinco dias de caminhada até Laguna (citado por Ferri, 1991).

estabelecido no planalto de Piratininga ao longo dos anos 1500 era o mais pobre dentre os núcleos então existentes. Formou-se quase que exclusivamente com homens brancos que se juntaram a mulheres tupi, através do sistema de “cumpadrio” (Ribeiro, 1995). Os portugueses ali chegados estabeleceram-se em harmonia com os índios, casando-se com diversas mulheres tupi, dando origem a numerosas proles de mestiços, chamados “mamelucos”.⁹ Os membros dos clãs familiares de paulistas assim formados eram considerados súditos do Reino de Portugal, mas sempre tiveram suas diferenças com a Coroa e a Igreja.¹⁰

Especializaram-se na caça ao indígena, organizando expedições aos territórios mais longínquos, na busca de índios do tronco tupi, que por serem agricultores e falarem a mesma língua básica foram sempre os preferidos pelos colonos que demandavam escravos.¹¹ Foi assim que os paulistas chegaram ao Vale do Taquari, inicialmente contando com a intermediação de alguns índios, caciques ou feiticeiros, que se dispunham a escravizar seus irmãos ou componentes de tribos vizinhas em troca das bugigangas que lhes eram oferecidas. Mais tarde, a escala do negócio se amplia enormemente, através de incursões organizadas e numerosas (as bandeiras) que vêm aprisionar os índios que os jesuítas espanhóis haviam se encarregado de reunir e aculturar, no seio de suas reduções, fundadas entre os anos 1626 e 1633.

3. Jesuítas do Paraguai avançam até o vale do rio “do Espírito Santo”

A chegada da civilização branca no território sul-rio-grandense deu-se justamente com as reduções jesuíticas do primeiro ciclo (1626-40) que faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai. O avanço dos jesuítas espanhóis na direção do Atlântico Sul encontrou seu limite leste no vale do rio Taquari, exatamente onde estava o entreposto de escravos estabelecido pelas tribos que atuavam em favor do tráfico de escravos controlado pelos paulistas. A vinculação desse comércio e os laços de interesse que se estabeleceram com aqueles agentes determinou a resistência dos indígenas dessa região em colaborar com os jesuítas. A posição do rio Taquari como limite da expansão jesuítica espanhola ao leste é verificada em alguns mapas da época e pode ser constatada pelos episódios que envolveram o estabelecimento da sede dos interesses mercantis escravistas luso-brasileiros precisamente junto a esse rio.

Em 1607, as autoridades hispânicas criaram, por meio de um acordo entre a Coroa e a Companhia de Jesus, a Província Jesuítica do Paraguai. Essa correspondia a uma área imensa, que incluía os territórios atuais do Paraguai, partes do Uruguai, da Argentina, da Bolívia e mais da metade do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O interesse da Coroa Espanhola em propiciar grande autonomia aos jesuítas prendia-se à necessidade de conter o avanço dos paulistas pelo sertão, em busca das minas de Potosí. O governador do Paraguai, contando com escassa população de espanhóis e mestiços, concentrada em Assunção, sugeriu ao rei de

⁹ Segundo Ribeiro (1995) a designação de “mameluco” aos filhos e netos mestiços dos paulistas foi atribuída pelo padre Montoya, jesuíta espanhol. Trata-se de uma referência a uma certa categoria dentre os súditos que os árabes obtinham apossando-se das crianças naturais dos povos que eram submetidos ao Islã. Dentre as diversas categorias dessas crianças que os árabes seqüestravam e educavam, a dos mamelucos era a dos guerreiros, que submetiam o próprio povo de seus genitores ao domínio islâmico.

¹⁰ A gente paulista pode ser originalmente caracterizada como um povoamento que teve de voltar-se para sua subsistência, misturando-se e aprendendo com os índios, tornando-se seus senhores, desenvolvendo cultivos agrícolas e o pastoreio, mas também um povoamento que foi o berço de aventureiros, que procuravam toda e qualquer oportunidade de negócio, como caçadores de tesouros, desbravadores, comandantes de tropas rústicas de escravização de índios, caça a escravos foragidos e combates aos quilombos.

¹¹ O índio reduzido era muito valorizado. Antes de tudo por ser tupi-guarani, dominando as técnicas da lavoura. Nas reduções, eram treinados para a obediência e adquiriam especializações em ofícios diversos com madeira e cerâmica.

Espanha a colonização do território com os próprios guarani, o que seria feito pelos jesuítas, evangelizando-os e reunindo-os em reduções.¹²

Os jesuítas espanhóis tiveram êxito em estabelecer suas reduções com os índios no território do Rio Grande do Sul, a partir de 1626, quando foi fundada a redução de San Nicolas, entre os rios Piratinim e Ijuí, pelo padre jesuíta Roque González de Santa Cruz, natural de Assunção (Paraguai). As zonas ocupadas por essas reduções estenderam-se desde a atual fronteira oeste do estado (rio Uruguai) até o rio Pardo, inclusive.

O ataque dos bandeirantes às reduções jesuíticas da Província do Paraguai foi motivado por uma crise na oferta de escravos africanos. A invasão holandesa ao território da colônia Brasil, durante o período de domínio espanhol sobre a Coroa Portuguesa, interrompeu o tráfico de escravos africanos, pois além de se estabelecerem no nordeste da colônia, os holandeses ocuparam a costa da África, nas zonas fornecedoras de escravos. O negócio açucareiro, contudo, não poderia parar. Se o escravo índio já era antes demandado, tanto mais o foi então, diante da interrupção do fornecimento de escravos negros.

Em 1628, ocorreu o ataque às reduções em Guairá e Itatim, na margem esquerda do rio Paraná, quando os bandeirantes chegaram a levar 18 mil índios para São Paulo. Após serem expulsos de Guairá pelos paulistas de Raposo Tavares, os jesuítas buscavam um novo sítio. Os missionários desceram então o rio Paraná e depois o Uruguai, acompanhados por índios guarani já catequizados e adestrados no uso das armas, trazendo gado. Vieram reforçar a cabeça de ponte já estabelecida junto à foz do Rio Ijuí. Além da redução de San Nicolas, mais seis reduções foram fundadas até 1628, quando chegaram as levas vindas da fuga de Guairá.¹³ Apesar da ocorrência de conflitos, os missionários deram continuidade a sua atividade de catequese dos indígenas através da formação de mais reduções.

Teve início assim o primeiro povoamento da chamada região das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. Nos anos seguintes, outros missionários chegaram e fundaram as reduções de San Carlos, San Miguel, San Tomé e de Cosme e Damian. As reduções foram estabelecidas sempre nas cercanias dos rios, sejam os afluentes do Uruguai ao norte (rios Turvo, da Várzea e Passo Fundo) ou ao sul (rio Ibicuí, Icamaquã). Posteriormente, estabeleceram reduções também perto das margens do Jacuí e seus afluentes, inclusive o rio Pardo, ocupando uma área que teve seu limite no rio Taquari, chamado de rio “do Espírito Santo”. As reduções jesuíticas desse breve primeiro ciclo ocuparam portanto quase toda a metade norte do território sul-rio-grandense, excetuado o litoral, a serra acima do vale do rio Taquari-Antas, assim como toda sua margem esquerda (leste).

As comunidades dessas reduções estabeleceram fazendas de gado no planalto e organizaram o trabalho na agricultura. Segundo Costa e Silva (1967), essas reduções tiveram um caráter provisório, pois apenas com o decorrer dos anos poderia desenvolver-se para caracterizar uma organização social desenvolvida, como ocorreria durante o segundo ciclo das

¹² Esse projeto era também conveniente para chegar-se ao Oceano Atlântico, fosse através do rio da Prata, fosse pela bacia do rio Jacuí, através do estuário do Guaíba e daí à barra do Rio Grande. Lograda essa última alternativa, isso significaria também o isolamento de todo o extremo sul em relação aos centros de poder lusitanos na colônia.

¹³ No mesmo ano, em 15 de novembro, o padre Roque e também o padre Afonso Rodrigues foram assassinados pelos tape. Dois dias depois foi morto o padre Castilhos. O padre Roque foi morto próximo a redução de Caaró, junto com o outro cura. Seu corpo foi queimado pelos índios e seu coração arrancado e jogado entre o resto do corpo em chamas (Costa, 1988). Segundo Carlos Teschauer, a causa foi uma desavença com o cacique Nheçá, que tinha sete mulheres. O padre Roque convenceu-o a ficar com apenas uma mulher, o cacique aceitou, mas com isso desmoralizou-se na tribo e decidiu vingar-se eliminando os padres. Desde 1988, Roque é santo.

reduções no território sul-rio-grandense, com os chamados “Sete Povos das Missões” (Missões Orientais), a partir de 1682.

Apesar do pouco tempo que tiveram para se desenvolver, algumas fontes indicam que pelo menos a redução de Cosme e Damian, fundada em 1632, perto do atual município de Santa Maria, chegou a reunir 1.200 famílias (Costa, 1998). Também em 1632, os padres Francisco Ximenes e Juan Suarez fundaram a redução de Santa Tereza (território de Passo Fundo). Em 1633, foi fundada a redução de Jesus, Maria (território de Rio Pardo, à margem direita do rio). No mesmo ano, fundaram Santana, na margem esquerda do Jacuí, San Joaquín (atual Boqueirão do Leão) na margem esquerda do rio Pardo, Natividad à margem direita do Jacuí e a redução de San Cristóbal (Santa Cruz do Sul) à margem direita do rio Pardo (Ferri, 1991:23).¹⁴

Em seu conjunto, as 18 reduções fundadas entre 1626 e 1633 formaram a denominada “Província do Tape”, designação já conferida à parte central do território sul-rio-grandense devido à presença das tribos indígenas dos tape. As embrionárias reduções representavam o primeiro passo de um largo projeto de catequização da Companhia de Jesus. Em poucos anos, os jesuítas introduziram o gado vacum, ovino e cavalari e desenvolveram técnicas de criação e pastoreio.

A maior parte dos índios do Vale do Taquari falava a língua guarani (Porto, apud Ferri, 1991). Contudo, é presumível que apenas uma parte das tribos fosse realmente originária do tronco tupi-guarani, sendo as demais do tronco jê que foram guaranizadas.¹⁵ Do primeiro tronco eram os carijó (ibiaçanguara), cujos costumes e a fala guarani facilitaram o contato com os jesuítas espanhóis.

A redução mais próxima do atual território do Vale do Taquari foi San Joaquin, em local hoje pertencente à região do vale do rio Pardo, à sua margem esquerda, próximo à nascente do rio Pardino. A redução de Santa Tereza (Passo Fundo) foi transferida em 1633, visando melhores meios de defesa, ante os já esperados ataques dos bandeirantes (Jaeger, apud Ferri, 1991:23). Essa redução teria sido um centro irradiador das atividades dos jesuítas e um pólo de atração para a chegada de índios de regiões próximas, inclusive do Vale do Taquari.

Em janeiro de 1635, partiu de Santa Tereza uma expedição de reconhecimento e catequização pelo Vale do Taquari. Foi liderada pelo padre Francisco Ximenes, acompanhado por seu colega Juan Suarez e de 200 índios do cacique Guaraé (Ferri, 1991; Schierholdt, 1992). Exploraram a região de Ibia, em territórios dos hostis índios ibianguara, “muito amigos dos pombeiros e mamelucos”(Schierholdt, 1992). A expedição atravessou a zona de Caapi (de Casca a Nova Prata), onde, embarcando em 34 canoas, chegou por um riacho ao rio Mbocariroí (Guaporé), seguindo seu curso por dois dias até o rio Tebicuary (Taquari). Por esse rio navegou mais três dias, entrando depois pelo Mboapari (das Antas) acima, abandonando então as canoas para fazer a pé o caminho de volta a Santa Tereza em cinco dias, num total de 24. Numa carta datada de 4 de fevereiro de 1635, o padre Ximenes relatou a seus superiores os pormenores da viagem, que nos ajudam a compreender os embates que se travaram no Vale do Taquari e porque aí não se fundaram reduções.

¹⁴ Há divergências nas fontes consultadas quanto à data de fundação das últimas reduções, justamente as mais próximas ao rio Taquari e que serão as primeiras a serem destruídas pelos bandeirantes: San Cristóbal (Santa Cruz do Sul), San Joaquín (Boqueirão do Leão) e Jesus, Maria (Rio Pardo). Ferri (1991) indica que pelo menos a primeira teria sido fundada apenas em 1634.

¹⁵ Esse poderia ser o caso dos índios caaguá (ou cataguases) que povoavam as florestas próximas ao rio Taquari. Alguns autores os colocam entre índios do tronco tupi-guarani, enquanto outros os filiam entre os coroados, ou ibiariara, oriundos do tronco jê.

Ximenes informou que o território entre os rios Jacuí e das Antas (supomos que ao sul da margem esquerda deste último) era habitado por numerosas tribos, cujo cacique Nacê demonstrara interesse pelas doutrinas, desejando que se fundasse uma redução em suas terras. O cacique teria inclusive acompanhado o grupo do padre Ximenes no regresso a Santa Tereza, recebendo presentes e sendo despachado satisfeito. O padre também conta que mais ao sul, entre os rios Jacuí e Taquari (pode ter sido tanto na margem esquerda como na direita deste último), a região era habitada por “gente numerosa”, do cacique Tapeçi, e que se mostraram todos pouco interessados na conversão que lhes foi proposta. Nos lugares percorridos pela expedição foram encontrados cerca de 2.000 índios. Foram assinalados três locais para ali se estabelecerem reduções: Caapi e Iuti (nas serras próximas ao rio Taquari-Antas) e um terceiro junto à “foz” do rio das Antas. Além desses lugares, os índios habitavam outros pontos, mas onde não convinha instalar reduções por serem terras inadequadas ao pastoreio, atividade essencial para o estabelecimento da redução. Escreveu Ximenes que “la tierra és fragosíssima, sus camiños infernales e no hai campo onde tener quatro bacas” (apud Ferri, 1991:24).

A expedição do padre jesuíta encontrou também os índios que atuavam como mercadores dos portugueses. Um deles, chamado Ibiraperobi, estava junto ao rio Guaporé, e, surpreendentemente, teria demonstrado interesse em reduzir-se com seu povo (Ferri, 1991). Outro foi o índio chamado Parapoti, que habitava à margem esquerda do rio Taquari, em local chamado Taiacuapé (caminho do porco do mato). Segundo o padre, esse índio era um “grandíssimo velhaco e vendeu toda essa nação”. Contou que dirigiam-se a ele os tupi (provavelmente mamelucos), que vinham pelo estuário do Guaíba ou por terra. Escreveu o padre Ximenes: “Dele fiam os portugueses todos os seus resgates e de sua casa partem, todos os anos, as frotas de miseráveis cativos, que os tupis levam por terra, por onde, me dizem que gastam apenas cinco dias até o mar (Laguna)” (Porto, apud Ferri, 1991:25).

Chegando ao Taiacuapé (atual Colinas), o padre Ximenes ordenou que os índios que o acompanhavam destruíssem o curral de escravos ali estabelecido. Queimaram a casa de Parapoti e destruíram seus alimentos, procurando expulsá-lo do lugar. Parapoti não fugiu simplesmente, mas foi conchamar os povos indígenas da região para uma revolta contra os missionários e suas reduções. Desse modo, a expedição acabou por precipitar uma batalha inter-tribal, que mobilizou os índios que comerciavam com os portugueses e bandeirantes.

Segundo Ferri (1991), isso ocorreu em pouco tempo, “incendiando” toda a região de Ibia. Iniciou-se um período de confrontos e matanças que se prolongaria a partir do ano seguinte, 1636, com a chegada das bandeiras. A zona mais conflagrada foi às margens do rio Taquari, nos próprios domínios de Parapoti. Reuniram-se caciques e feiticeiros, que convocaram as tribos para uma “assembléia” naquele local chamado Taiacuapé. Em abril de 1635 foi morto por índios ibianguara o padre Cristóbal Mendoza, que estava em arriscada missão, tendo partido da redução de Jesus, Maria (Rio Pardo) e atingido o Caaguá (Cima da Serra, São Francisco de Paula), atravessando o território de Ibia. Nessa época, já circulavam os rumores de uma chegada próxima dos bandeirantes, que viriam organizar a “resistência” junto com os índios rebelados. O padre Mendoza era grande conhecedor da região, que explorara acompanhado de índios e outros padres, navegando pelo rio Taquari e seus afluentes, penetrando suas encostas. Ele foi martirizado e morto junto ao arroio Ibia (atual Piaí), que deságua no rio Caí, pelos índios comandados pelo feiticeiro Tayubaí, juntamente com outros caciques. Quando os índios das reduções resgataram o corpo do padre, foram liderados pelo cacique Guaimica. Sob a liderança deste, capturaram Tayubaí, fazendo-o retornar ao local do martírio do padre e lá mesmo o derrubaram a golpes de *manacá*.

Por essa mesma época, quando os bandeirantes já haviam atacado outras reduções da Província Jesuítica do Paraguai, mais ao norte, e estavam prestes a chegar aos territórios de Ibia e do Tape, o padre Francisco Ximenes deixou o comando dos jesuítas desse território para ser o superior de toda a Província do Paraguai. Passou o comando local ao padre Francisco Taño, que, a 6 de setembro de 1635, comunicava ao seu superior geral a situação crítica com que se defrontavam as reduções mais próximas ao rio Taquari, mesmo antes da chegada dos bandeirantes:

Temos **toda a fronteira contra nós**: os ibianguaras, que mataram o Pe. Mendoza, os Caatimé (junto ao Caati [região não identificada]), os de Caammé, os de Taiacuapé, os de Pirajubi e os de Tebicuari, os quais ajudam os de Guaibé-Rendá e aos portugueses. (apud Ferri, 1991:26, grifo nosso)

Esse relato evidencia que provavelmente o motivo decisivo para que não tenham sido fundadas reduções no Vale do Taquari foi a hostilidade dos índios que aí se localizavam, fator que presumimos ser mais importante do que a já referida inadequação do terreno. Parece claro que essa hostilidade deve ser atribuída ao contato anterior com os paulistas de Piratininga e pombeiros luso-brasileiros, que já haviam estabelecido um sistema de trocas e aliciamento junto aos indígenas. Além dessa notável rejeição dos índios locais aos jesuítas, talvez até mesmo por causa disso, não houve o necessário contingente de índios para se formar uma redução. As tribos da região que se interessaram pela conversão proposta pelos jesuítas foram deslocadas para reduções próximas, havendo notícias de levas de carijó que se transferiram para San Joaquín e Santa Tereza (Schierholdt, 1992). O local chamado Taiacuapé (Colinas) serviu pelo menos durante três anos (1635 a 1637), embora provavelmente desde os anos anteriores, como sede dos interesses dos bandeirantes na região de Ibia.

4. As bandeiras de caça ao índio integram o Vale do Taquari no “primeiro circuito mercantil transbrasileiro”

Atraídos pelas reduções, os bandeirantes chegaram ao território sul-rio-grandense a partir de 1636, estabelecendo a sede de suas operações no vale do rio Taquari, de onde partiam para atacar e destruir os aldeamentos. Os bandeirantes penetraram o território a partir da Serra do Planalto e pelos vales do Taquari e do Jacuí. Segundo o historiador Paulo Xavier, foi a partir de 1636 que começaram a chegar as bandeiras propriamente ditas (apud Ferri, 1991:27).¹⁶ Ao todo foram seis, sendo que as cinco primeiras vieram com a intenção de apresar os índios reduzidos pelos jesuítas, para levá-los cativos para São Paulo. A quinta bandeira foi derrotada pelos índios, na batalha de Mboreré. A sexta veio a procura de minérios. Interessamos aqui as duas primeiras bandeiras, que percorreram a bacia do rio Taquari-Antas.

A formação de bandeiras para a caça ao índio reduzido no já conhecido território sul-rio-grandense consistia numa ampliação da atividade do tráfico de escravos, até então apoiada na colaboração com algumas tribos (especialmente de índios ibianguara) que capturavam índios de tribos rivais. Essa ampliação foi então motivada pela presença das reduções, que poderiam ser saqueadas e fornecer índios já destruídos, em grandes concentrações. É principalmente esse interesse comercial que explica a busca tão longínqua dos bandeirantes, além do interesse estratégico da Coroa Portuguesa em destruir povoados submetidos à Coroa Espanhola.

¹⁶ As bandeiras empreendidas pelos paulistas, para busca de minérios ou para a caça ao índio, formavam-se como empresas acionárias na Câmara de Vereadores da vila de São Paulo. Tinham uma estrutura militar, representando um ajuntamento de diversos bandos ou clãs familiares (Ribeiro, 1995).

A primeira bandeira foi comandada por Antônio Raposo Tavares, tendo partido de São Paulo em janeiro de 1636. Chegando à região do rio Taquari, acampou às suas margens, nas terras em que habitava o índio Parapoti. Segundo Aurélio Porto, a bandeira de Raposo Tavares penetrou o território sul-rio-grandense pelo rio Pelotas-Uruguai, seguindo por Vacaria (Caamo) e pelos Campos de Cima da Serra (Caaguá). Desde esse ponto, onde está o rio Piaí (afluente do Caí), a bandeira rumou para oeste, atravessando o território dos atuais municípios de Caxias do Sul, Farroupilha e Garibaldi, até descer a serra na altura de Daltro Filho, pelo vale do Arroio da Seca, atingindo então as margens do rio Taquari. Nesse local, acamparam no Taiaçuapé, onde restabeleceram o curral de escravos, reerguendo as paliçadas. Raposo Tavares era acompanhado por Diogo Coutinho e mais 33 componentes das famílias paulistas, conhecidos e considerados sertanistas, tendo sob seu comando mais 150 luso-brasileiros e 1.500 índios tupis (Hessel apud Ferri, 1991:28).

Já no caminho de chegada, passando pelo Caamo (Vacaria), onde havia aldeias povoadas de índios, começaram os ataques dos bandeirantes, sujeitando as nações indígenas, agregando outros pelo caminho, por vontade ou à força, levando-os para as paliçadas na ilha de Colinas, onde eram vigiados, aguardando para serem transferidos para São Paulo (Porto apud Ferri, 1991:29). Raposo Tavares permaneceu nesse acampamento por quase um ano, percorrendo toda a região da bacia do rio Taquari-Antas e aprisionando os índios ribeirinhos.

Em novembro de 1636, os bandeirantes dirigiram-se às reduções de Jesus, Maria (Rio Pardo) e de San Cristóbal (Santa Cruz do Sul), deixando alguns componentes montando guarda no acampamento do Taiaçuapé. O ataque à redução de Jesus, Maria foi na manhã do dia 2 de dezembro de 1636. Em seguida, atacaram e destruíram a redução de San Cristóbal, aprisionando em ambas inúmeros índios. Raposo Tavares promoveu verdadeiras chacinas em Jesus Maria e San Cristóbal. O uso de armas de fogo estabelecia uma grande vantagem sobre os índios. Esses tiveram como recurso, além dos instrumentos como arco-e-flecha, lanças, tacapes, o uso do fogo para produzir fumaça pela queima de ervas, com o que procuravam expulsar os inimigos.

Após a destruição das duas reduções, o destacamento teve de retornar ao acampamento, ao invés de atacar às outras reduções próximas, pois sucedera uma revolta dos índios apresados, que haviam morto alguns paulistas que os vigiavam. Das margens do rio Taquari, a bandeira regressou a São Paulo levando numerosa presa humana, conduzida em massa, presos uns aos outros pelo pescoço, com gargalheiras reforçadas com cadeados (Ferri, 1991; Schierholdt, 1992).

A segunda bandeira que chegou ao território sul-rio-grandense foi comandada pelo Capitão Francisco Bueno. Segundo Ellis Jr., membros das famílias mais importantes de São Paulo foram organizadores dessa bandeira: Bueno, Cunha, Gago, Preto, Fernandes entre outras (apud Ferri, 1991:30). Essa bandeira partiu de São Paulo no início de 1637, chegando ao território pelo mesmo percurso da bandeira anterior (Vacaria, Cima da Serra-São Francisco de Paula), até o Taiaçuapé. Segundo Ferri (1991), nesse local estabeleceu seus quartéis de inverno, ali concentrando por detrás das paliçadas da ilha “grande número de índios aprisionados nas regiões por onde passou”. Nesse local provavelmente travaram-se novos combates fratricidas entre os índios contrários e aliados dos bandeirantes, pois Ellis Jr. relata que em maio de 1637 foram mortos o capitão Francisco Bueno e mais três bandeirantes, membros das famílias citadas. No dia 26 daquele mês, a bandeira dividiu-se, tendo Amador e Antônio Bueno liderado o grupo que retornou a São Paulo, com volumosa preia de índios de Ibia. Os que ficaram ainda dividiram-se em dois grupos, que atravessaram o rio Taquari, com o

capitão Jerônimo Bueno à frente da ala que dirigiu-se para oeste, rumo à região das Missões, e o Capitão André Fernandes à frente da ala que atacou a redução de Santa Tereza (Passo Fundo). André Fernandes aprisionou inúmeros índios nessa redução e aquartelou-se por lá, onde também instalou um povoado, colocando como administrador seu próprio filho, um padre jesuíta chamado Francisco Fernandes de Oliveira (Schierholdt, 1992:19).¹⁷

A partir do território sul-rio-grandense, os índios eram conduzidos até São Paulo. Uma das vantagens dessa “mercadoria viva”, era que os índios podiam locomover-se, carregando-se a si próprios até Laguna. Há, contudo, indicações de que os índios preados no vale do rio Taquari e nos vales dos outros rios que afluem para o Jacuí e depois ao Guaíba, foram por aí mesmo conduzidos em embarcações, até a barra do Rio Grande, onde havia o traslado para barcos de maior porte. A partir desses dois caminhos, chegando a Laguna e daí ao Planalto de Piratininga, os índios preados podiam ser utilizados tanto nas fazendas de lá como também, principalmente nessa fase crítica da oferta de escravos negros, serem reembarcados com destino ao Nordeste.

É difícil obter uma informação segura sobre os montantes do tráfico de escravos índios preados especificamente na região do Vale do Taquari ou mesmo em todo o território sul-rio-grandense durante essa época, que abrange também os anos anteriores à chegada das bandeiras. Tampouco se pode calcular o número de índios que pereceram nos enfrentamentos. Contudo, pode-se presumir que cerca de 20 mil índios tenham sido levados do território sul-rio-grandense, talvez entre 2 e 5 mil da região do Vale do Taquari.¹⁸ Os episódios que vimos de relatar, bem como os enfrentamentos anteriores à chegada das bandeiras, indicam que a maior parte dos índios de Ibia foi dizimada. Na região do Vale do Taquari, a maior parte dos índios que a habitavam foi morta ou capturada para ser conduzida a São Paulo.

Nos embates travados no território sul-rio-grandense, os índios venceram uma única batalha, de Mboreré em 1641, quando cessaram as incursões dos bandeirantes. Entretanto, provavelmente o principal motivo do fim das bandeiras de preia ao índio foi que, desde 1640, a Coroa Portuguesa recuperara sua autonomia e os holandeses foram expulsos da costa da África. Restabelecido o tráfico negreiro, refluíu a procura por escravos índios. Restaram poucos vestígios desse primeiro ciclo das reduções, pois foi muito exíguo o tempo que tiveram para fazer florescer uma nova organização social.

Os episódios que assinalam a formação de uma rede de contatos de comerciantes e traficantes com índios da região, para a preia e o tráfico de escravos indígenas, seguidos pela penetração das bandeiras, possuem um determinado significado sócio-econômico. Para a região, este período pode ser designado como sendo de *tráfico mercantil, expropriação e escravização do indígena*. Esse “ciclo da preia ao índio”, cujo início é indeterminado (entre os anos 1600 e 1620), foi um período de saque, rapina e destruição. As bandeiras percorreram o território sul-rio-grandense destruindo as reduções e preando índios para fornecer escravos aos colonos luso-brasileiros do sudeste e nordeste da colônia, estabelecendo assim o “primeiro circuito mercantil transbrasileiro” (Ribeiro, 1995). Esse circuito integrou o Vale do Taquari na engrenagem maior do empreendimento mercantil português, para o infortúnio dos habitantes originais dessa região.

¹⁷ Schierholdt (1992) informa que foram aprisionados 3 mil índios na redução de Santa Tereza e que muitos seriam oriundos do vale do Taquari.

¹⁸ Essa estimativa é algo precária e baseia-se no estudo das obras citadas na bibliografia, principalmente Ferri (1991) e Schierholdt (1992), levando-se em conta a provável população das reduções, a população indígena autônoma, etc. É possível aprimorar essa estimativa, consultando as fontes utilizadas por Ferri e Schierholdt e com base em alguma informação historiográfica adicional sobre as reduções e as bandeiras.

5. Mortandade e repovoamento indígena no vale do rio Taquari

O resultado desse período em que o processo de desenvolvimento econômico da colônia mercantil portuguesa alcança o Vale do Taquari é sobretudo voltado para fora da região. Para a região, nada ficou construído. O ciclo da preia ao índio é um momento da história sul-rio-grandense que perpassa o território do Vale do Taquari e que contribuiu decisivamente para reduzir a presença indígena nesse território.

Após incursão dos bandeirantes, a região do Vale do Taquari ficará sem a presença do homem branco por cerca de um século, aproximadamente entre os anos 1640 e 1740. É muito provável que durante esse período tenha ocorrido um repovoamento indígena. Outros índios teriam chegado à região. Os arachane, vindos desde a Lagoa dos Patos, cedendo território à medida que os luso-brasileiros avançavam a partir de Rio Grande, vila e destacamento militar fundados em 1737. Além disso, pelo norte, desde o planalto, prosseguiram a migrações de índios do tronco jê.¹⁹

Posteriormente, a partir dos anos 1750, com a destruição das Missões Orientais, índios guarani chegam à região. Eles e seus filhos mestiços com brancos serão habitantes de algumas das primeiras vilas luso-brasileiras junto aos rios que formam o estuário do Lago Guaíba.

6. Os anos 1700 no Rio Grande do Sul: tropeio do gado e ocupação portuguesa

O século XVIII assinalou uma profunda mudança no panorama do Rio Grande do Sul e do Vale do Taquari. O território sul-rio-grandense recebeu a efetiva ocupação lusitana e acirraram-se as disputas entre as coroas ibéricas por sua posse. Principiou o movimento das tropas de gado — primeira economia *em grande escala* a articular esse território meridional ao centro do Brasil colônia. Esse “ciclo da preia ao gado” se estenderia aproximadamente de 1720 a 1810 (Oliveira Viana, 1974).

Em 1737 foi fundada uma povoação em Rio Grande, dando início ao povoamento lusitano no território. Teve seqüência a ação avassaladora do branco sobre o índio, que foi desaparecendo, destruído em combate, escravizado e gasto na produção, morto pelas pestes e doenças trazidas pelo branco ou ainda absorvido pelo cruzamento com portugueses e espanhóis. Permaneceram as disputas de fronteira, determinando a necessidade estratégica de povoamento. O “Rio Grande português”, em meados do século, tinha duas fronteiras de expansão, Rio Grande e Rio Pardo.

Somente a permanência de pessoas no território garantiria sua posse. A fundação de Rio Grande e posteriormente a colonização açoriana vieram atender a necessidade de ocupar o hiato territorial entre a Colônia do Sacramento e Laguna. Em 1750 foi firmado o Tratado de Madri entre as coroas ibéricas, estabelecendo a troca da Colônia de Sacramento pelo território das Missões Orientais. A anulação desse tratado, em 1761, não impediu contudo a destruição dos Sete Povos das Missões. Índios guaranis missioneiros, em fuga antes, durante e depois da “Guerra Guaranítica”, foram parcialmente assimilados nos núcleos populacionais luso-brasileiros, miscigenando-se com colonos açorianos e paulistas. Em 1763, os espanhóis tomaram Rio Grande, que permaneceria sob sua ocupação durante 13 anos.

¹⁹ Ao final do século XVIII, quando a distribuição de sesmarias se estendia para o norte, rio Taquari acima, o limite da ocupação branca não alcançava o atual território de Arroio do Meio. Haviam acordos entre índios e homens brancos de que esses últimos não poderiam ultrapassar a barranca do rio Taquari. O escambo de peles, mel, pássaros e pequenos animais por tecidos, ferramentas e facões era uma prática usual.

A partir de 1740, o território da região do Vale do Taquari recebeu os primeiros portugueses e, a partir de 1760, colonos açorianos, que se instalam nas imediações da foz do rio. A colonização do território da região do Vale do Taquari, que encontrava-se junto à “fronteira do Rio Pardo”, correspondeu ao objetivo estratégico de garantir a posse do território sul-rio-grandense.

Junto com a ocupação lusitana estável no território, estabeleceu-se a propriedade privada da terra e a implantação e organização do Estado português e da Igreja católica.

7. Os primeiros colonizadores no Vale do Taquari

Apesar do imenso valor virtual dos rebanhos existentes no pampa sul-rio-grandense e cisplatino, já conhecidos ao final dos anos 1600, os paulistas ficaram estabelecidos em Laguna durante meio século antes da fundação de Rio Grande. Na verdade, somente se configurou esse valor quando surgiu um mercado. O abastecimento das populações empenhadas na mineração, sobretudo com animais de tração e carga passou a determinar um interesse econômico pelo território do Rio Grande do Sul. As tropas começaram a rumar para o norte a partir de 1728, quando se abriu a primeira estrada que ligava o litoral sul (Araranguá) ao planalto serrano (Lajes).

Assim, iniciam-se as expedições dos lagunistas na busca do gado de tiro, cavalari e muar, dando lugar à formação das invernadas e das primeiras estâncias. Essas propriedades situavam-se nas imediações dos caminhos das tropas, que principiava em Rio Grande, na margem oeste da Lagoa dos Patos, seguia em direção ao estuário do Guaíba e aos Campos de Viamão, para daí seguir rumo a Santo Antônio da Patrulha (Registro) até o litoral, buscando a subida da serra por Araranguá (Oliveira Viana, 1974). O Vale do Taquari consistia em zona de passagem das tropas, pois as condições do relevo não propiciavam na região a proliferação do gado bravo.

Enquanto isso, no sul do Rio Grande do Sul, ocorreu o florescimento da atividade de preia ao gado, secundada por uma progressiva e ampla distribuição de sesmarias, formalizando ou estimulando a posse de territórios utilizados para invernadas, que gradativamente transformam-se em estâncias. A concessão das sesmarias, a partir de 1732, representou o nascimento da propriedade privada no Rio Grande do Sul.²⁰ Foi nessa época de desbravamento do território, na década de 1740, que Luiz Vicente Pacheco de Miranda e o seu concunhado Tenente Francisco da Silva instalaram-se em solo taquariense, no sopé do Morro da Carapuça, ao sudeste. Ambos eram portugueses e não paulistas (Fabrício apud Costa e Silva, 1972). Também ali fixou-se o açoriano Francisco Corrêa Sarafana. Há indícios cartográficos de que esses tenham sido os primeiros habitantes de Taquari, que efetivaram uma ocupação ainda sem concessão de sesmaria.

Na região do Vale do Taquari, as sesmarias concedidas geralmente foram menores que as de outros pontos do território sul-rio-grandense. A primeira concessão de sesmaria na região

²⁰ Essas terras eram concedidas pelo Vice-Rei com ratificação do Conselho Ultramarino, com tamanhos que variavam entre 10.000 e 13.000 hectares – correspondiam a 3 por 1,5 léguas. A concessão estava também atrelada ao favorecimento político e à prestação de serviços militares, mas a praxe era conceder a posse das terras aos seus legítimos ocupantes. Um dos pré-requisitos para a concessão de terras era a posse de escravos, que seriam necessários para as lides do campo.

ocorreu em 1754 para Francisco da Silva e localizava-se no território de Taquari, como aparece no documento de 25 de junho de 1754.²¹

8. A colonização açoriana

A colonização açoriana deve ser considerada a partir da configuração de dois tipos de imigrantes: os que migraram espontaneamente, dispondo de recursos, e os casais que tiveram sua migração dirigida pela Coroa Portuguesa. Nos dois casos, “[o] objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área em face do governo espanhol e também para operar como uma retaguarda fiel das lutas que se travavam nas fronteiras” (Ribeiro, 1995:427).

A migração dirigida, dos “casais de número” ou “d’el Rey”,²² chegou a partir de 1749. A especificação do local de destino dos casais variou ao longo dos anos, em função dos tratados firmados com Espanha e das guerras Guaranítica e contra a mesma Espanha. Originalmente, os açorianos seriam estabelecidos em Sacramento e Rio Grande, para dedicarem-se à lavoura. Outra localização possível, e em certa medida realizada, era ao longo do caminho das tropas que ligava as estâncias da zona sul com o centro da colônia. Nos anos 1750, esperava-se localizá-los no território das Missões Orientais. Com a frustração do Tratado de Madri, os açorianos ficaram junto a Rio Grande e ao longo da Lagoa dos Patos, do rio Jacuí e do Lago Guaíba. A partir da invasão espanhola a Rio Grande, os demais pontos foram reforçados e os núcleos de população foram formando-se em torno dos quartéis, como em Santo Amaro e Rio Pardo.

Antes disso, nos anos 1740, os imigrantes açorianos vindos espontaneamente já haviam se estabelecido em terras nas imediações de Porto Alegre, Campinas de Tramandaí, Lombas, terrenos acidentados do Itapoã e adjacências de Santo Antônio da Patrulha (Fortes, 1932).²³ A corrente migratória espontânea foi possibilitada pelo estabelecimento de um fluxo regular de embarcações entre as ilhas de Açores e o Brasil. A partir de 26 de abril de 1745 tornou-se permitido que os navios com destino ao Brasil trouxessem casais açorianos, no limite de cinco casais por embarcação, favorecendo-se a emigração das ilhas. Os açorianos que migraram dessa forma pertenciam às famílias mais abastadas das ilhas (Fortes, 1932), o que denota uma diferenciação social prévia entre os açoritas vieram para o Rio Grande do Sul.²⁴ Dispondo de

²¹ “... Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito a me Representar por sua petição Francisco da Silva morador em Viamão, que elle tinha povoado com animais asim vacuns, como cavallares, hum Rincão fechado, que teria duas Legoas de terra em quadra, e partia pelo Norte com hum Ribeirão chamado Santa Cruz, que dividia os Campos de Bernardo Baptista, e de Manoel Gonçalves Meirelles, e da parte do Sul com hum Rio chamado Tacoari e pela parte do Poente com a Serra do Certão; e porque queria possuir as dittas terras com título justo me pedia lhe mandasse passar dellas Carta de Sesmaria (...) Hey por bem dar de Sesmaria em nome de S. Mag. em virtude da Ordem do ditto Senhor de quinze de Junho de mil, sette centos e honze ao dito Francisco da Silva de duas Legoas de terra em quadra na paragem assima declarada ...” (apud Costa e Silva, 1972).

²² Também assim foram denominados os casais que se constituíram posteriormente, no Rio Grande do Sul, via matrimônio. Teoricamente esses casais tinham os mesmos direitos dos casais oriundos de Açores.

²³ “Viamão, núcleo criado pela gente de Laguna, ia recebendo incremento pela chegada de novos colonizadores que vinham fundar suas estâncias naquele recanto de existência tranqüila, pastores e lavradores que se espalhavam pelas margens do Guaíba, do Gravataí, dos Sinos e do Caí, que atravessaram, buscando aproximar-se do Taquari” (Fortes, 1932:71).

²⁴ Um grupo de açorianos chegou em 1737, destinando-se às imediações do presídio Jesus, Maria, José, para formar a vila de Rio Grande. Outra entrada de açorianos ocorreu em 1742, tendo os mesmos dirigido-se para Porto Alegre, que ainda era habitada por índios arachanes. Uma parcela desses primeiros açorianos foi agraciada com a

recursos, eles próprios foram responsáveis pelo deslocamento de Açores até o Rio Grande do Sul. Nas décadas de 1750 a 1780, receberam sesmarias, que só eram concedidas aos donos de escravos.

Para o povoamento do território sul-rio-grandense, a Coroa Portuguesa não dispunha de contingentes populacionais residentes na sede do reino e decidiu recorrer aos súditos que habitavam as Ilhas de Açores.²⁵ Os açorianos mantinham as tradições portuguesas e, sobretudo, fixariam o seu idioma nas terras em disputa. A inadequação de ocupar as terras com súditos “brasileiros” residia na dificuldade em submetê-los à prática da atividade lavoureira. Ademais, a manutenção do idioma era um ponto essencial, pois no território da colônia como um todo predominava o *nhengatu*, a “língua geral”, que consistia numa variação do idioma guarani pela influência do português (Ribeiro, 1995). Por tratar-se de zona de fronteira era necessário que a “missão” de ocupação fosse executada por portugueses ou portadores de seus valores.

Além disso, dirigindo a migração de açorianos, resolvia-se também outro problema, o da superpopulação nas ilhas. Nessas terras, os problemas abundavam. Esses começavam pelo exíguo espaço territorial que, associado à alta taxa de natalidade (os casais tinham geralmente entre 7 e 15 filhos) acarretavam um excedente demográfico. A agricultura apresentava problemas em decorrência das erupções vulcânicas que inutilizaram o solo para as atividades agrícolas (Fortes, 1932).

Os açorianos que compuseram a migração dirigida constituíam nas ilhas de Açores um grupo socialmente excluído em virtude do elevado contingente populacional. A partir de 1746, quando a situação agravou-se por problemas na colheita, os açorianos solicitaram garantias para que ocorresse a transferência dos excedentes populacionais para o Brasil, mais especificamente para a região sul. Para atrair um contingente populacional para o território meridional da colônia, a Coroa prometeu a distribuição de terras e instrumentos.²⁶

Em edital de 09 de agosto de 1747, a Coroa Portuguesa estabeleceu as condições para o alistamento de emigrantes *católicos*. A preferência recaía sobre os casais e as terras teriam obrigatoriamente de ser utilizadas para a lavoura. Os homens deveriam ter menos de 40 anos e as mulheres menos de 30 (Copstein, 1988). A transferência implicava diversas vantagens para

concessão de sesmarias, com as terras situando-se nas imediações da vila de Rio Grande e de Porto Alegre. Segundo Fortes (1932), em muitos casos esses açorianos deslocavam-se para São Paulo e depois retornavam para o Rio Grande do Sul, na maior parte das vezes com família já constituída. Alguns também se dirigiam para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses açorianos vendiam seus bens em Açores para aplicar na viagem para o Brasil, para onde se deslocavam em função dos parentes, configurando-se uma corrente de ajuda entre eles.

²⁵ Os açorianos constituíam uma subetnia formada pelo caldeamento de portugueses (plebeus e fidalgos), flamengos e mouros.

²⁶ “Esses açorianos vieram com suas famílias para reconstituir no Sul do Brasil o modo de vida das ilhas, atraídos por regalias especialíssimas para a época [...]. Para a gente paupérrima das ilhas, essa dadivosidade parecia assegurar a riqueza” (Ribeiro, 1995:427).

os ilhéus que decidissem deslocar-se para o Brasil.²⁷ O alistamento ocorreu em Açores, em 1747.²⁸

Os primeiros açorianos chegaram em Santa Catarina entre 1748 e 1752. Porém, até a chegada ao Brasil, os infortúnios da viagem foram muitos, estimando-se que tenham perecido durante o transporte cerca de 10% dos emigrantes embarcados nas ilhas.

“As condições de viagem não poderiam ser piores, doenças dizimavam-nos durante a travessia. Dantesca era a situação das mulheres. Pelas instruções de viagem, eram separadas dos maridos e parentes, encarceradas com os filhos em compartimentos chaveados com sentinelas à vista. Recebiam alimentação de dois homens escolhidos entre casados fiéis. Um estreito postigo permitia-lhes, na presença do comandante, falar com os esposos ou parentes” (Cabral, 1937 apud Wiederspanh, 1979:50).

Em 1752, o governador Gomes Freire, através do oferecimento de algumas vantagens, procurou estimular açorianos a se mudarem de Santa Catarina para o sul. Contudo, os açorianos que então se deslocaram foram forçados, visto que não houve voluntários.²⁹ Segundo o historiador Aurélio Porto, até 1754 teriam chegado cerca de 2.300 açorianos (apud Costa, 1998:86), o que representava um incremento de 200% na população luso-brasileira residente no território sul-rio-grandense. Esses novos contingentes demográficos agregaram-se aos núcleos já existentes e fundaram diversos povoados até o final do século.

Todo o processo de instalação nas terras brasileiras foi marcado por tragédias pessoais e sofrimentos para os açorianos. Além das precárias condições da viagem, quando de sua chegada ao Rio Grande do Sul esperaram cerca de 20 anos para receberem suas terras em virtude da revogação do Tratado de Madri (1750) pelo Tratado de El Pardo (1761) e da ocupação espanhola em Rio Grande (1763 até 1776). As promessas de doação de instrumentos de trabalho e recursos para sustento nos primeiros anos não se efetivaram. Após a sua instalação, devido as pressões exercidas por estancieiros, alguns açorianos tiveram de abandonar as terras que ocupavam, enquanto outros necessitaram pagar por terras que eram uma doação da Coroa.

Durante os anos em que esperaram pela concessão das terras e a regularização de sua posse, os casais de número estiveram sediados provisoriamente em várias localidades. Alguns fixaram-se em Rio Grande (antes da ocupação castelhana), outros acompanharam o trajeto das tropas que deveriam ocupar as Missões Orientais, estabelecendo-se precariamente ao longo dos rios que confluem para o Lago Guaíba (especialmente o Jacuí e o Taquari). Outros que puderam migraram para Montevidéu. Em face da espera pela efetivação do Tratado de Madri, a maior parte dos açorianos permaneceu nas imediações de Rio Grande. Em 1752, receberam uma visita de inspeção do Embaixador Especial da Coroa Portuguesa, o governador Gomes

²⁷ O edital especificava facilidades de estabelecimento e o custeio de todo o transporte, fosse marítimo ou terrestre. As mulheres com idade entre 12 e 25 anos receberiam 2.400 réis de ajuda de custo, assim como os casais receberiam 1.000 réis de ajuda por filho. Além disso, cada casal receberia uma espingarda, duas enxadas, um machado, um enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com lima e travadouro, dois alqueires de semente, duas vacas e duas éguas, além de no primeiro ano ainda receberem farinha para o sustento, sendo que os homens não precisariam servir nas tropas pagas. O tamanho das terras seria de um quarto de légua em quadro (270 ha) (Fortes, 1932).

²⁸ As viagens das ilhas de Açores para o território de Santa Catarina (primeiro ponto de desembarque) foram realizadas pelos assentistas Feliciano Velho Oldenberg e Francisco de Souza Fagundes. A primeira leva chegou em Santa Catarina em 1748 trazendo 461 pessoas. Num período posterior e em embarcações menores os açorianos deslocam-se para o Rio Grande do Sul.

²⁹ No transporte entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocorreram naufrágios e desvios de rota, que provocaram novas mortes entre os colonos (Fortes, 1932; Wiederspanh, 1979).

Freire de Andrade, que constatou que os primeiros imigrantes viviam em situação de pobreza extrema. Para que essa situação fosse sanada fazia-se necessário que os açorianos se deslocassem para as Missões Orientais.³⁰

Para chegar-se às Missões, o deslocamento interno ao território sul-rio-grandense partiu de Rio Grande ao porto de Viamão, depois Santo Amaro e Rio Pardo. “O balizamento da linha de penetração do exército determinava logicamente o balizamento da linha de povoamento dos açorianos” (Fortes, 1932:75). O exército cumpria a missão de preparar logisticamente o deslocamento dos açorianos, surgindo desta forma o (outro) forte Jesus, Maria, José (que origina a cidade de Rio Pardo) e as guarnições no passo do Fandango (Cachoeira), na cidade de Santo Amaro. Esses postos estavam providos de armazéns, dispoendo de alimentos e munição para a marcha açoriana, localizando-se a base de operações em Santo Amaro (Wiederspanh, 1979).

Porém, a desocupação das Missões Orientais não foi pacífica, acarretando nova espera pela definição da situação. Entre 1754 e 56 ocorriam os embates da Guerra Guaranítica, impedindo a marcha dos açorianos. O exército português, liderado por Gomes Freire, deslocou-se da Colônia de Sacramento para juntar-se com o de Espanha, formando o exército de demarcação do Tratado de Madri. Assim, os açorianos permaneceram provisoriamente assentados e os postos antes montados como base de apoio para a caminhada rumo as Missões acabaram por transformar-se em povoados habitados por açorianos (Wiederspanh, 1979). Transcorreu então uma dispersão dos “casais d’el Rey”, alguns instalando-se no Porto dos Casais (ou de Viamão) pelo período de três anos, outros morando em Santo Amaro.³¹ Embora radicados no Porto dos Casais ou em Santo Amaro, esses casais continuaram em situação precária no concernente à posse das terras. Ademais, a postergação da designação das datas implicava em atraso no fornecimento dos outros instrumentos de trabalho ao qual tinham direito. Nessas condições, os açorianos pobres viram-se na contingência de ter de trabalhar para sesmeiros estabelecidos em troca de um local para suas famílias dormirem (Wiederspanh, 1979), o que denota a situação de pobreza, desamparo e conseqüente servilismo a que foram submetidos.

Em 1759, já destruídas as Missões Orientais, os jesuítas são oficialmente expulsos do território português. Porém, em 1761, foi anulado o Tratado de Madri, retornando à Coroa Espanhola a posse do território missioneiro oriental. Gomes Freire retorna ao Rio de Janeiro e os açorianos são relegados novamente ao segundo plano. Para piorar a situação, os açorianos que haviam se estabelecido na vila de Rio Grande (desde 1760 tornada sede da nova Capitania do Rio Grande de São Pedro), perdem suas terras e bens com a invasão espanhola em 1763.

“Dos 400 casais açorianos assinalados por Aurélio Porto como então estabelecidos nos núcleos agrários em torno da vila de Rio Grande, quase a totalidade conseguira fugir em tempo para escapar a um aprisionamento. Parte deles atravessara o rio São Gonçalo

³⁰ Conforme estabelecido pelo Tratado de Madri, “[os espanhóis] entregariam, no estado em que se encontrassem, as suas casas, igrejas e edifícios e demais propriedades imóveis, aos portugueses, que, assim, delas poderiam dispor livremente, e de acordo com o que estes haviam planejado: localizando nas mesmas os casais açorianos e outros mais que para lá quisessem transportar-se. E como Portugal pensava também em transformar a barra de Castilhos Grande num porto para o seu comércio com o Prata, um sucedâneo da Colônia do Sacramento, trataria de atrair para lá alguns destes mesmos casais açorianos e todos os disponíveis dentre aqueles já existentes na faixa litorânea entre a barra do Rio Grande do Sul e o Chuf” (Wiederspanh, 1979:42).

³¹ Há registros que indicam haver açorianos morando em Santo Amaro no ano de 1755 (Wiederspanh, 1979), o que confirma a impressão de uma considerável dispersão de colonos largados à sua própria sorte, como posseiros e sobrevivendo como lhes fosse possível num território conturbado por conflitos de fronteira.

e procurou alcançar a campanha, rumando para a região do Rio Pardo, dispersando-se após tudo haverem perdido. Assim, pela primeira vez, sentiam-se estes açorianos realmente como integrantes de sua nova comunidade, arrastados como os demais pelos acontecimentos que a nenhum deles poupara” (Wiederspahn, 1979:87).³²

As terras finalmente distribuídas aos açorianos, a partir de 1771, tinham a extensão de meia légua em quarto e eram denominadas datas (272 ha). Anteriormente, em 1760, ocorrera apenas a concessão a título provisório no território do atual município de Taquari. As datas deveriam ser dedicadas única e exclusivamente à agricultura. A principal cultura foi a do trigo, cujas sementes os açorianos trouxeram em suas bagagens, sendo-lhes já conhecido o seu cultivo na terra de origem.

A inserção sócio-econômica do açoriano (casais de número) na sociedade gaúcha em formação foi marcada pela miséria, dependência e por uma posição servil. Boa parte das famílias e sua prole transformou-se em homens pobres e livres, despossuídos, que fizeram-se *matutos*, aprendendo a sobreviver com os índios e mestiços do lugar. Largados no território, foram estimulados à miscigenação com os indígenas (geralmente missionários), através de leis portuguesas que concediam benefícios aos colonos brancos casados com índias. Algumas famílias, a partir de 1770, conseguiram prosperar com o plantio do trigo, adquirindo um ou poucos escravos e requerendo sesmarias. Além disso, haviam os açorianos imigrados espontaneamente, que já possuíam recursos antes de aportar nas novas terras. Dentre esses, alguns dedicaram-se ao comércio e outros às lavouras, com mão-de-obra escrava, e mais tarde à criação. Assim, houve diferentes tipos de plantadores de trigo segundo a época (anos 1750-63, anos 1771 em diante).

Para o cultivo do trigo, os ilhéus enfrentaram diversas dificuldades. A cultura apresentava grande necessidade de mão-de-obra, dadas as técnicas rudimentares de cultivo. As famílias em princípio podiam contar apenas com seus próprios braços. “Toda a família de colonos que progredia tinha como projeto comprar um escravo, para colocá-lo na lavoura e com ele ganhar mais dinheiro” (Costa, 1998:90).³³ Além disso, “mesmo depois de assentados, não acabou o sofrimento dos açorianos, que eram constantemente recrutados para os exércitos ou tinham suas lavouras confiscadas para alimentar os soldados” (idem, 1998:86).

De um ponto de vista amplo, talvez seja correto considerar, como faz Ribeiro (1995), que a colonização açoriana foi um “fracasso econômico”. Porém, levando-se em conta o movimento geral de expansão e mercantilização da economia sul-rio-grandense nos anos 1780-1820 (Cardoso, 1977) e a correlata ampliação das lavouras e exportações de trigo, é provável que parte dos casais açorianos tenha tido condições de prosperar.³⁴ A maior parte de seus filhos abandonou as atividades agrícolas e alguns conseguiram colocar-se como estancieiros, ascendendo socialmente pela via militar. Para a atração do pastoreio, além da pressão do meio social, em que se destacavam os grandes proprietários criadores, deve ter contribuído a maior rentabilidade das atividades pastoris.³⁵

³² As mais de 100 famílias que não conseguiram fugir foram forçadas ao exílio, dando origem ao povoado de San Carlos, às portas de Maldonado na Banda Oriental.

³³ Porém, a utilização de escravos verificou-se principalmente nas propriedades dos imigrantes do primeiro ciclo, nas áreas próximas à Lagoa dos Patos (Cunha, 1991).

³⁴ É o próprio Darcy Ribeiro quem afirma: “Alguns açorianos empreendedores escaparam, porém, à caipirização, seja levando adiante cultivos próprios de cereais, principalmente de trigo, seja fazendo-se comerciantes dedicados a traficar mantimentos com a gente da área pastoril” (1995:428).

³⁵ Conforme Cardoso (1977). O trigo sofria, além do eventual confisco por parte dos administradores sul-rio-grandenses, a concorrência norte-americana e os males da ferrugem, praga que acabou destruindo a cultura nos

A vinda dos açorianos trouxe o reforço étnico dos elementos culturais lusitanos³⁶ e inaugurou uma nova fase do aproveitamento do solo sul-rio-grandense, através de sua ocupação com “pequenas” propriedades agrícolas. Parcela dos açorianos seria formadora da classe média agrícola sul-rio-grandense. Até então a estrutura social era formada pelos extremos, estancieiros, peões e escravos. A diferenciação social que teve lugar entre os colonos açorianos, com a configuração de um contingente de homens pobres livres, deve estar na origem do mito do “açoriano preguiçoso”.³⁷

9. A fundação de Taquari e a organização do Estado e da Igreja

Como vimos, as primeiras sesmarias na região do Vale do Taquari foram concedidas a partir de 1754 a portugueses, que não eram casais de número. Os primeiros ocupantes foram Luiz Vicente Pacheco de Miranda, o Tenente Francisco da Silva e o Capitão Sarafana, este último açoriano, porém não “de número” (Fabrício, apud Costa e Silva, 1972). “De Sarafana se conta que, tendo voltado a São Paulo em 1766, desce de novo, com um bando de 50 aventureiros paulistas, até às planícies do sul, em ajuda à reação rio-grandense contra os exércitos de Ceballos” (Oliveira Viana, 1874:24).

Os primeiros “casais de número” instalaram-se em Taquari em 1760, provisoriamente, sob a orientação do então comandante na capitania, Coronel Inácio Elói de Madureira. A situação específica desses casais açorianos assentados no território de Taquari, especialmente com a fundação do povoado em 1764, constituiu uma exceção entre o conjunto dos casais que continuaram aguardando seu assentamento até 1771. Essa exceção deveu-se ao interesse estratégico-militar específico do exército português durante a invasão espanhola a Rio Grande.

Os primeiros casais assentados, em 1760, ocuparam terras divididas até o arroio Capivara. Estabeleceram-se próximos ao leito do rio Taquari, pois desconheciam os problemas de enchentes que poderiam advir e a abundância de mata na região dificultava a penetração para o interior. Dos quatorze casais que se instalaram apenas sete permaneceram na localidade, sendo que os outros sete deslocaram-se para Santo Amaro.

Assim como no povoamento de Santo Amaro, que iniciou-se em 1753 com a instalação no local dos armazéns do exército, a fundação de Taquari foi concomitante à construção de um forte de terra batida, que era capaz de abrigar vinte peças de artilharia. Esse forte, denominado Reduto Nossa Senhora da Conceição, foi erigido sob o comando do Coronel José Custódio de Sá e Faria (06.1764-04.1769), considerado o fundador da cidade no ano de 1764 (Fortes, 1932).³⁸

anos 1820. Parece-nos um equívoco e um anacronismo atribuir o “fracasso” do empreendimento agrícola ao fato de o mesmo ter ocorrido com base na pequena propriedade e sem um “bom aparato de comercialização agrícola” que o respaldasse (Wiederspanh, 1979).

³⁶ “Sua influência na cultura regional e seu papel social foram, todavia, decisivos no aportuguesamento lingüístico e no abrasileiramento cultural da campanha e, sobretudo, na constituição do núcleo leal ao poderio português e, mais tarde, imperial, que se requeria naquelas fronteiras [...]” (Ribeiro, 1995:428).

³⁷ Assim, segundo Cabral (1937, apud Copstein, 1998), uma das características dos trabalhadores açorianos era a de que os mesmos tinham “repugnância” pelo trabalho braçal e “sempre que possível” utilizavam-se de mão-de-obra escrava. Para Darcy Ribeiro, os açorianos pobres passaram a constituir uma reserva de mão-de-obra, “depreciada na região por seus hábitos rudes e por seu apego às formas não salariais de relação de trabalho” (1995:429).

³⁸ “... fundei a primeira povoação junto ao passo do rio Tebiquary, em situação que achei própria para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lha fiz com tôda a regularidade em ruas, casas e praça; e querendo dar princípio à igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para ela do mato, porém não tive meios para meter mãos à obra: pedi ao Sr. Conde da Cunha me mandasse as ferragens precisas, pregos, e os paramentos para a dita

A fundação de Taquari pelo governador do Rio Grande do Sul deve ser considerada como episódio vinculado à estratégia militar do Estado português sobre um território ameaçado. A efetivação dessa fundação era tão importante que foi uma das primeiras ações que o governador Sá e Faria realizou ao tomar posse. Durante esse breve período, a instalação dos açorianos preponderou sobre as outras formas de distribuição de terras, isto é, a concessão das datas sobrepôs-se à concessão das sesmarias. O relato seguinte, feito pelo governador, revela o sentido estratégico da fundação de Taquari:

[...] oito ou dez léguas para a parte de leste do rio Pardo corre o rio Tebicuary e que as suas margens nos oferecem grande vantagem a êste respeito: e que, ainda que os castelhanos com muitas fôrças que as nossas, nós poderemos defender embarcações a que não passem dali: - pelo que deve V. S^a ir logo pessoalmente examinar as margens do dito rio Tebicuary e, sendo estas nas formas que me têm dito, se deve procurar também nelas alguns sítios vantajosos em que se lhe façam alguns fortins de pouca despesa, que sirvam de maior segurança àquela barreira; e do que V. S^a vir em tôda extensão do mesmo rio até a serra me dará conta com uma carta exata para poder determinar o que deve fazer [...] V. S^a sabe melhor do que eu a grande importância desta diligência no dito rio Tebicuary, porque, se o não pudermos segurar, não há dificuldade alguma em que os castelhanos nos não possam penetrar por Viamão e que, se assim sucede, perderemos não só todos aqueles utilíssimos campos, mas também todo o distrito que corre até a guarda do Norte do Rio Grande e, por consequência, todo o caminho que, atravessando as serras, vai para as Minas e o que pela costa do mar nos conduz à Vila de Santa Catarina: pelo que nos não é conveniente que da outra parte do mencionado rio Tebicuary se façam grandes estabelecimentos nem povoações e só, sim, da parte de leste, com a regularidade que neste Regimento tenho ordenado” (apud Costa e Silva, 1972:68-9)

Associada à questão militar, o Coronel José Custódio de Sá e Faria também resolvia parcialmente a questão da alocação dos “casais de número” que ainda encontravam-se em situações precárias de acomodação. A fundação de Taquari concilia esforços na tentativa de resolver as duas questões.

Quando de sua fundação, em 1764, Taquari contava com mais de 60 famílias açorianas. Nos livros dos registros da paróquia de São José do Taquari, fundada em 1765, constam os nomes das famílias de acordo com as ilhas açorianas de procedência.³⁹ Os açorianos aí instalados dedicaram-se ao cultivo do trigo como uma alternativa para obter o seu sustento, visto que a doação das terras pelo governador da Capitania não se deu de forma imediata. A demarcação e a distribuição das terras ocorreu somente no governo seguinte, do Coronel José Marcelino de Figueiredo, por intermédio do Capitão Alexandre José Montanha. Em 25 de outubro de 1770, Marcelino de Figueiredo delimitou o terreno destinado à acomodação dos casais açorianos, com um tamanho de 562.500 braças quadradas, compreendidas na figura do

igreja, e só me mandou a imagem do Senhor S. José, cuja vocação lhe pus em memória do nome de nosso augusto soberano, e me avisou que os paramentos se ficavam fazendo, os quais não hão chegado, nem o mais, havendo passado muito mais de dois anos” (apud Balem, 1952:66)

³⁹ Da Ilha Faial procediam os Dorneles, Garcez, Souza, Pereira de Faria, Rodrigues, Antônio de Vargas, João de Vargas, Salvador e Francisco Rosa; da Ilha São Jorge, Teixeira Fagundes, Silvério, Jacinto, Chaves Valadão e Teixeira de Quadros; da Ilha Terceira, Rodrigues, Cardoso, Dias, Faleiros, Rosa e Ferreira; e da Ilha Graciosa, Quadros (Costa e Silva, 1992:86, 107-8).

retângulo que corre seu comprimento leste-oeste com mil e vinte e cinco braças, por quinhentas braças de largura norte-sul (Faria, 1981).

O território das datas foi subtraído de estâncias já estabelecidas (Balém, 1952). O Capitão Montanha demarcou as terras a serem divididas entre os 60 casais que se encontravam em Taquari. Para cada casal foi destinada meia légua em quadro (aproximadamente 270 hectares). Meia légua também foi destinada para ser o logradouro da povoação, pois as datas deveriam ser distribuídas de maneira a formar as povoações, contemplando um local central para a localização da igreja. (Faria, 1981; Costa e Silva, 1972). Para facilitar o processo de demarcação de terras, José Montanha confeccionou o primeiro mapa de Taquari, em 1771.

Como na maior parte das áreas colonizadas por açorianos, o cultivo do trigo foi a principal atividade econômica até os primeiros anos do século XIX. Dentre as regiões onde foi plantado trigo naquela época no Rio Grande do Sul, Taquari era a mais produtiva (Copstein, 1988).⁴⁰ Essa produtividade era obtida principalmente à base da utilização da mão-de-obra familiar, pois Taquari era o povoado que em 1780 apresentava o menor peso de escravos na população total (16%, sendo de 28% a média de todos os povoados da Capitania). Mesmo havendo proprietários de escravos, não houve condições para a concentração de riqueza, isto é, a concentração de escravos nas mãos de poucos agricultores poderosos (Cardoso, 1977:50-4).

Apesar disso, dentre os fundadores de Taquari encontram-se alguns que logo em seguida solicitaram sesmarias, que lhes foram concedidas. Supomos então que pelo menos a alguns casais açorianos apresentou-se a possibilidade de acumulação a partir do empreendimento de cunho familiar. Acumulação essa que propiciou a compra de escravos, pressuposto para a concessão de sesmarias.

Várias freguesias foram fundadas, mesmo que de forma provisória, para atender os moradores estabelecidos ao longo dos rios Jacui e Taquari. A freguesia de São José do Taquari, a sétima a ser criada no Rio Grande do Sul, foi erigida em 13 de maio de 1765 pelo Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro. Em 1780, a população de Taquari somava 689 habitantes, evoluindo para 916 em 1803 e para 1.714 no ano de 1814.

Em 1787 os núcleos de povoamento da atual região do Vale do Taquari, encontravam-se todos subordinados à vila de Rio Pardo (Santos, 1983:97). Nova divisão administrativa foi estabelecida no início do século seguinte. Essa redivisão fez-se necessária em função do crescimento da Capitania e do surgimento de novas povoações, o que exigia a distribuição da organização administrativa e a distribuição da justiça. Desta forma, em 07 de outubro de 1809 o governo português redividiu o Rio Grande de São Pedro em quatro vilas.

O ponto de partida para a divisão municipal de 1809 foi uma proposta de divisão da Capitania em quatro distritos de justiça formulada pelo governador Paulo Gama. Nesta proposta são arrolados os novos municípios e as freguesias que devem ser incluídas nos mesmos. No município de Porto Alegre, as freguesias inclusas foram as da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Nossa Senhora da Conceição do Viamão, a do Senhor Jesus do Triunfo e a de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. O município do norte deveria ter como freguesia principal a de Nossa Senhora do Rio Pardo e todas as suas capelas filiais, assim como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, a de Santo Amaro e a de São José do Taquari. Ao observar-se a divisão proposta por Paulo Gama, fica evidente que a questão

⁴⁰ A produtividade relativamente elevada era obtida a despeito da inadequação do solo, modernamente considerada como “marginal” para a cultura do trigo no Rio Grande do Sul, apresentando pelo menos dois fatores negativos para o cultivo, como umidade e temperatura, por exemplo.

territorial foi secundária, sendo a questão principal o contingente populacional de cada vila.⁴¹ Só assim se explica o fato da Freguesia do Senhor Jesus do Triunfo estar alocada numa vila diferente da que está alocada a vizinha Freguesia de Santo Amaro. Apesar do território de Taquari pertencer formalmente ao município de Porto Alegre em 1809, a freguesia estava subordinada a outro.⁴²

10. Distribuição de sesmarias e fazendas escravistas na região

É presumível que as terras junto ao rio Taquari tivessem menor valor que a de outros pontos do território sul-rio-grandense, por serem inadequadas à pecuária extensiva. As sesmarias concedidas no Vale do Taquari eram de tamanho menor do que as demais, que tinham em média o tamanho de 10 a 13 mil hectares. Esse menor tamanho decorreu das peculiaridades geomorfológicas da região, com relevo entrecortado e muita mata fechada. As fazendas que ali se formaram nas sesmarias concedidas dedicaram-se à extração de madeira e erva-mate e à lavouras de subsistência, com o emprego de escravos.

Em 1780, Francisco da Silva solicitou novas áreas de terras, alegando que em seus campos haviam sido arranchados os primeiros açorianos em 1760. Na região ao longo do Taquari (em direção ao norte) as concessões ocorreram num período mais tardio, no começo do século XIX. O sentido das concessões foi contrário ao curso do rio, atingindo os atuais territórios municipais de Bom Retiro do Sul, Estrela e Lajeado. Na zona alta (de Arroio do Meio para o norte) não foram concedidas sesmarias, pois com a Independência cessou a sua concessão.

A concessão de sesmarias ao longo do rio obedecia o critério de resguardar-se meia légua de terra para uso público, no caso de rios navegáveis. Os sesmeiros também deveriam disponibilizar meio de transporte, no caso de rios caudalosos, assim como construir pontes e estivas, se necessário. As estâncias que tiveram origem nas sesmarias concedidas caracterizavam-se pela presença de escravos. Na grande maioria das vezes o sesmeiro não residia no local, tendo como residência Porto Alegre.

Após a libertação de Rio Grande, em 1776, a economia sul-rio-grandense entrou numa fase de expansão e mercantilização que facultou a ampliação do estoque de escravos na Capitania. Contudo, o escravismo diferia bastante do que se observava nas *plantations* coloniais, dada a distinta natureza da atividade em que se empregavam os escravos (nas fazendas extrativas, nas lavouras de subsistência e do trigo e para transporte e serviços domésticos).

Talvez essa condição ajude a explicar o tipo peculiar de relação que se estabelecia entre alguns proprietários de escravos e os mesmos. Da família do proprietário, muitas vezes procediam os padrinhos dos filhos dos escravos. Também foi notável a elevada taxa de natalidade observada entre eles nas fazendas da região do Vale do Taquari (Schierholdt, 1992), algo raro no Brasil colonial.

⁴¹ Sua grande preocupação ao propor a divisão judiciária era a de que a Capitania já contava com 36.721 habitantes e todos estavam submetidos aos juízes de Porto Alegre, que não tinham mais como atender toda essa população.

⁴² Existem controvérsias sobre o traçado da divisão territorial entre Porto Alegre e Rio Pardo em 1809. Decorrem dessas controvérsias e da dubiedade da alocação de Taquari, as diferentes interpretações acerca da origem administrativa dos municípios da atual região do Vale do Taquari. Em face disso, é possível argüir que o Vale do Taquari possui dois municípios-mãe, Porto Alegre e Rio Pardo, sendo que, no concernente a divisão territorial, ou toda região pertencia a Porto Alegre, ou apenas os municípios situados na margem esquerda do rio Taquari, enquanto dos da margem direita são originários de Rio Pardo.

11. Epílogo: presença indígena e lusobrasileira na região do Vale do Taquari

A quase extinção dos povos indígenas no Rio Grande do Sul não significa que tenham pouca importância na formação da sua gente. Ao contrário, essa muito escassa presença atual resulta do confronto com a civilização trazida pelo europeu e esse confronto significou destruição *inclusive através da incorporação do elemento indígena na geração de uma nova figuração étnica*, através da miscigenação que surge a partir do cruzamento do homem branco com a mulher índia. Nas áreas de colonização açoriana, entre Rio Pardo e Porto Alegre, ocorreu a miscigenação com índios guarani em retirada das Missões Orientais (Bruxel, 1975; Neis, 1975).⁴³

Nas regiões do Rio Grande do Sul em que a matriz luso-brasileira não foi exclusiva, como no Vale do Taquari, a presença indígena está muito esmaecida, tal qual ocorreu nos países platinos. Talvez o único nexos que vincule o período da ocupação indígena com o desenvolvimento posterior da região do Vale do Taquari seja a influência cultural e étnica dos índios tupi-guarani na formação do chamado caboclo (matuto). É através desse homem da terra que se fixam as culturas da erva-mate, da mandioca e do milho, assim como a coivara e a rotação das terras, aspectos de uma cultura produtiva de subsistência que seriam transmitidos para os novos colonos. A chegada dos alemães e dos italianos, na segunda metade do século XIX, estabeleceu os contingentes demográficos amplamente dominantes a partir de então, inaugurando uma nova fase na formação étnica do povo da região.

O número de portugueses e açorianos chegados ao Vale do Taquari torna-se pouco significativo, quando consideramos em comparação o número de imigrantes alemães e italianos e seus descendentes que colonizaram o território posteriormente. Contudo, a participação dos luso-brasileiros foi decisiva no início da estruturação dos principais núcleos urbanos e/ou rurais. A iniciativa da colonização foi ação portuguesa, assim como a introdução da etnia negra no processo de formação étnico-cultural. Se o posterior desenvolvimento agro-comercial-industrial foi efetivado pelos novos imigrantes e/ou descendentes, aos portugueses coube a montagem inicial, a sistematização do processo de colonização (Faleiro, 1996).

Bibliografia

- BALÉM, João Maria (1952). **A Paróquia de São José de Taquari**. Porto Alegre: A Nação,
- BROCHADO, José Proenza (1975). O Guarani: o conquistador vencido. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- BRUXEL s.j., Arnaldo (1975). Herança guarani na cultura riograndense. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- COPSTEIN, Raphael (1988). O trigo no Continente de São Pedro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 132,
- COSTA E SILVA, Riograndino da (1967). **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo. (coleção Província).

⁴³ Além disso, a utilização do índio como mão-de-obra escrava e mais tarde de seus filhos mestiços como peões nas estâncias também determinaram sua absorção na geração de uma nova etnia, brasileira.

- _____ (1972). **São José de Taquari: a história da minha terra**. Porto Alegre: Flama,
- COSTA, Elmar Bunes da (ed.) (1998). **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores (capítulos 2 a 5).
- CUNHA, Jorge L. da (1991). **Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC,
- EIFLER, Ellen W. (1992). **Bom Retiro do Sul: sua história ... sua vida**. Porto Alegre: FEPLAN,
- Enciclopédia Riograndense** (1956). 1º volume: O Rio Grande Antigo. Canoas: Editora Regional.
- FALEIRO, Silvana R. (1996). **Lajeado: perfil histórico étnico-social** (do período indígena à colonização). Lajeado,
- FARIA, Octávio Augusto de (1981). **Monografia do município de Taquari**. Porto Alegre: IEL,
- FELIZARDO, Júlia Netto (s.d.). **Evolução administrativa do estado do Rio Grande do Sul: criação dos municípios**. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária,
- FERREIRA Fº, Arthur (1960). **História geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo. (2ª edição).
- FERRI, Gino (1991). **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado. (edição do autor).
- FONSECA, Cristina (s.d.). **O pensamento vivo de Oswald de Andrade**. s.l.: Martin Claret.
- FORTES, Amyr Borges (1960). **Compêndio de história do Rio Grande do Sul**. 6ª ed. rev. e amp.. Porto Alegre: Sulina, 1981.
- FORTES, João Borges (1932). **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
- LAZZAROTTO, Danilo (1986). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina.
- NEIS, Ruben (1975). O índio na mestiçagem riograndense. In: COMISSÃO Executiva de Homenagem ao Índio (1975). **O índio no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco (1974). **Populações meridionais do Brasil**. vol. II, O campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PESAVENTO, Sandra (1984). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto. (3ª edição).
- RIBEIRO, Darcy (1995). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos (1983). **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul, século XVIII**. São Paulo, C. E. Nacional.
- SCHIERHOLDT, José Alfredo (1992). **Lajeado I**. Lajeado: Prefeitura Municipal.
- _____ (s.d.). **A história do Rio Grande do Sul**. FATES (polígrafo).
- SINGER, Paul (1977). "Porto Alegre". In: **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.
- THOMÉ, Lauro N. F. (1984). **Arroio do Meio Ano 50: 1934-1984**. Encantado: s.ed.
- WIEDERSPANH, Oscar H. (1979) **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, (coleção Temas Gaúchos n. 18).